

A participação de Santa Catarina na Farroupilha: Aspectos da fronteira platina e a formação do Estado-Nação brasileiro

Santa Catarina's participation in the Farroupilha: Aspects of the Platine Border and the Formation of the Brazilian Nation-State

Janaita da Rocha Golin¹

Resumo: A Província de Santa Catarina esteve envolvida na Guerra Civil Farroupilha, liderada pela Província vizinha, o Rio Grande de São Pedro, entre os anos de 1835 a 1845. Em relação ao território catarinense, a historiografia privilegiou os anos de 1838 e 1839, em que ocorreram a conquista de Lages e Laguna pelos farroupilhas. Todavia, seria importante analisar o contexto da guerra de forma mais ampla e os efeitos gerados por ela no seu território. As identidades coletivas, mesmo com a emancipação política do Brasil, em 1822, ainda não eram providas de uma nacionalidade, priorizando as regionalidades das províncias. Isso colocava em risco a formação do estado-nação brasileiro, o qual só poderia ser bem sucedido se debelasse as revoltas locais ocorridas na primeira metade do século XIX. Além disso, o expansionismo da Farroupilha poderia não estar somente ligado ao objetivo de conquista de portos fluviais, também poderia haver a intenção de ligar-se a outras províncias independentes, conformando uma possível confederação. A fundação da República Juliana, em 1839, demonstra esse aspecto. Portanto, a Província de Santa Catarina também esteve inserida no espaço platino fronteiro e contribuiu para o estreitamento das relações dos rio-grandenses e o Prata durante a Guerra Civil Farroupilha.

Palavras-Chave: Farroupilha, Santa Catarina, Estado-Nação, Fronteira.

Abstract: The Province of Santa Catarina was involved in the Farroupilha Civil War, led by its neighboring province, Rio Grande de São Pedro, between the years 1835 and 1845. Regarding the territory of Santa Catarina, historiography has emphasized the years 1838 and 1839, during which the Farroupilhas conquered Lages and Laguna. However, it is important to analyze the broader context of the war and its effects on the province. Despite Brazil's political independence in 1822, collective identities still lacked a sense of nationality, favoring provincial regionalisms. This posed a threat to the formation of the Brazilian nation-state, which could only succeed by suppressing local revolts in the first half of the 19th century. Furthermore, the expansionism of the Farroupilha movement may not have been solely aimed at acquiring river ports, but could also have sought to unite with other independent provinces to form a possible confederation. The founding of the Juliana Republic in 1839 illustrates this aspect. Therefore, the Province of Santa Catarina was also part of the Platine border space and contributed to strengthening the ties between the people of Rio Grande do Sul and the Río de la Plata region during the Farroupilha Civil War.

Keywords: Farroupilha, Santa Catarina, Nation-State, Border.

A Guerra Civil Farroupilha, ocorrida entre os anos de 1835 e 1845, foi amplamente abordada e debatida pela historiografia. As causas do estopim da insurreição, o desenrolar do conflito e o seu término, com o acordo armistício de 1845, são os elementos que mais aparecem nas bibliografias consultadas.² Apesar de haver trabalhos importantes sobre o tema, percebe-se algumas lacunas que podem ser exploradas. A Província de Santa Catarina frequentemente aparece nas análises historiográficas de forma efêmera, sendo abordada de forma cronológica durante a insurreição. É reservado essencialmente ao território catarinense os anos de 1838 e 1839, em que ocorreu a ocupação de Lages e Laguna, partindo na maioria das vezes com uma descrição breve dos acontecimentos. O romance entre o italiano Giuseppe Garibaldi e a catarinense Anita habita o

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul. Técnica em assuntos educacionais da Universidade Federal da Fronteira Sul. itauffs@uffs.edu.br

² Alguns autores como Cláudio Moreira Bento, Moacyr Flores, Sérgio da Costa Franco, Tau Golin, Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, Dante de Laytano, Sandra Pesavento, Helga Piccolo, Juremir Machado da Silva, Walter Spalding e Maria Medianeira Padoin foram alguns historiadores que produziram sobre o tema.

imaginário popular em que a Guerra Civil Farroupilha é lembrada. A representação da história dos dois é enaltecida pelo “heroísmo” em que a produção dos institutos históricos do final do século XIX destacava. Anita Garibaldi era projetada como símbolo de civilização e progresso, modelo a ser seguido por “gerações vindouras para o engrandecimento da pátria”.³

Mesmo com a emancipação política, em 1822, ainda não havia a constituição de um Estado nacional brasileiro. Brasil era a nomenclatura do aparato burocrático português, enquanto que no território a identidade coletiva predominante era a regional (Jancsó e Pimenta, 2000, p.401). A partir das fontes previamente consultadas, visualiza-se no território de Santa Catarina, durante esse período, a construção de um território onde se estabeleciam contatos, trocas e disputas. Nessas zonas identificam-se fronteiras enquanto espaços compreendidos como um produto da ação humana. Lugares elaborados ganham significado pela ação dos sujeitos históricos. Todavia, vale ressaltar que:

a fronteira nacional era algo novo que buscava instituir-se no século XIX, e que os habitantes daquele espaço lidavam com essa novidade a partir de concepções que guardavam traços fortes de outra experiência de fronteira: a fronteira colonial, em expansão (Thompson e Farinatti, 2009, p.153).

A perda da Província Cisplatina foi um dos fatores que causaram constantes atritos entre as Províncias Unidas (posteriormente Confederação Argentina) e o Império do Brasil. As autoridades argentinas que se envolveram com a assinatura da Convenção Preliminar da Paz, em 1828, acreditavam que os imperiais levaram vantagens com o fim da guerra. Em contraposição, a perda da Banda Oriental para os rio-grandenses representou significativas perdas econômicas. No território oriental, eles puderam ampliar suas estâncias quando durante os anos de 1823 a 1828 o território fez parte do Império. Mas, com a derrota, as conquistas dos rio-grandenses foram praticamente anuladas. Ocorreu despovoamento dos campos de gado e de peões, além de um recuo da fronteira, com limites incertos e sujeição aos ataques promovidos pelos orientais.

A perda da Cisplatina revela-se como fundamental na compreensão da tensão entre rio-grandenses e o Império, além de contribuir para o acirramento das tensões da fronteira com o Prata. A fronteira voltara a ser um problema quase exclusivo dos rio-grandenses (Guazelli, 2013, p. 46). Somando-se a isso, a produção saladeril oriental concorria em vantagem com a produção rio-grandense, já que o charque uruguaio era mais barato.

Era dúbia a política imperial do Império, principal comprador do charque uruguaio apesar de contar com produção nos próprios domínios, impedindo que os criadores tivessem o direito de escolha em relação aos compradores de gado. E com as reformas feitas após a abdicação de 1831, levaram uma maior eficiência fiscal, onerando pesadamente os

³ ELÍBIO, Antonio M. Uma mulher ilustre do Brasil: Anita Garibaldi e o culto à nação. In: BRANCHER, Ana Lize; AREND, Silvia Maria Fávero, (Org.). História de Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: UFSC, 2001. 347 p. ISBN 8532802184 (broch.). p. 157.

produtores do Continente. Reclamam os rio-grandenses de que o Império prejudicava a província subtraindo-lhe receitas, ao mesmo tempo em que aumentava os impostos (Guazelli, 2013, p.52).

O desfecho da Guerra da Cisplatina (1825-1828) reacendeu velhas divergências e fomentou novas. No início da década de 1830, a crise econômica e o abatimento militar da elite estancieira agravaram o descontentamento. As tensões entre a elite provincial e o centro político do Império fomentaram a crise que eclodiria a guerra civil farroupilha. A coesão existente entre Província e Império, quando os interesses sulistas eram satisfeitos na região da fronteira, foi abalada quando o cenário mudou drasticamente para pior.

Conforme Anderson Schmitt, a Província de Santa Catarina esteve relacionada à expansão territorial e aos conflitos no sul da colônia portuguesa na América portuguesa. Por conseguinte, também esteve envolvida nas contendas internas e externas do Império brasileiro. Por serem vizinhos, a Província desenvolveu fortes laços com a Província do Rio Grande do São Pedro. Dessa forma, foi inserida no conflito farroupilha, além de influenciar nas questões da fronteira platina.

Santa Catarina estava no caminho para o Prata. Era passagem de soldados que se dirigiam à Colônia do Sacramento ou para o Rio Grande.⁴ O abastecimento dos militares exigiu que a Província produzisse os recursos para municiar os que circulavam na defesa da fronteira meridional. Alimentos como carne de gado, peixes, frutas, farinha de mandioca e feijão foram fornecidos com a promessa de serem pagos pela corte.

Havia a intenção de ampliação territorial dos domínios farroupilhas. A tomada dos territórios catarinenses, quatro anos após o início do conflito, demonstra o objetivo expansionista, que não ficou circunscrito apenas à Província do Rio Grande do Sul. Também era necessário garantir portos fluviais, pois desde a retomada de Porto Alegre pelas forças do Império, em 1836, associada ao domínio naval no Canal do Rio Grande, com sua barra no Atlântico, não havia condições de navegação para os farroupilhas. Os portos de Rio Grande e São José do Norte, controlando as duas margens do único acesso marítimo, jamais foram tomados pelos farroupilhas. Depois da conquista de Lages, em março de 1838, foi possível chegar até Laguna em julho de 1839, e assim garantir um porto de acesso ao oceano Atlântico.

⁴ A economia original, cujo centro dinâmico era a exportação de animais, couros e metais preciosos transitou para um novo modelo, assentado na produção de alimentos para o abastecimento das praças do Sudeste e Nordeste. Numa ponta estava a Colônia do Sacramento, que se concentrava no contrabando e extração de couros; noutra ponta, Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro, vinculado ao comércio de farinha de mandioca, charque e trigo para o restante do Brasil. Ver: KUHN, Fábio. O sul da América colonial portuguesa (uma história conectada). In: KUHN, Fábio. NEUMANN, Eduardo. História do extremo sul. A formação da Fronteira Meridional da América. Rio de Janeiro: Maud X, 2022. p. 120.

Dominados tais territórios pelos farroupilhas, pode-se inferir que a Guarda Nacional⁵ catarinense, ainda em fase de organização, não foi capaz de garantir a segurança provincial. Ainda existia um baixo profissionalismo nas forças armadas e isto refletia no policiamento das cidades. As estradas precárias contribuíam para invasões. Além disso, “habitantes do local tomaram posições favoráveis aos farroupilhas, principalmente quando das invasões das vilas de Lages e Laguna” (Schmitt, 2021, p. 337). A falta de reforços dos militares também pode ter contribuído para que ocorresse a recusa em marchar para lugares onde estariam em maior risco.

Mesmo que existissem à época muitos emigrados do Rio Grande do Sul e mesmo lagunenses que estavam aderindo à causa farroupilha, é muito provável que os “rebelados do 2º Corpo de Artilharia não estavam trabalhando a favor dos farroupilhas ou para a sua causa”, mas “simplesmente não queriam marchar sem reforços para onde estariam em risco, ou seja, para o Rio Grande do Sul em guerra” (Schmitt, 2021. p. 316).

Pode-se supor que a apreensão dos territórios catarinenses, ainda na fase de secessão, apesar da declaração unilateral de uma República Rio-Grandense em 1836 pelo coronel latifundiário e escravocrata Antônio de Souza Netto, com alianças locais, demonstrava a tentativa de expansão dos farroupilhas. Dessa forma, o Estado que se pré-configurou com a República Rio-Grandense, tinha também objetivos expansionistas. Com isso, as forças farrapas criaram a República Juliana numa parte do território catarinense, no qual o controle do porto de Laguna foi um dos principais motivos impulsionadores de conquista dessa região. Apesar do curto tempo de existência, “a República Juliana tornou-se república irmã para fins de confederação com a República Rio-Grandense” (Boeira e Golin, 2006, p.64). Esse modelo de confederação⁶ propunha ligar-se a outros Estados independentes, os quais poderiam inclusive se conectar com territórios platinos. Segundo Guazzelli, as questões das províncias argentinas vizinhas e do Rio Grande do Sul se entremeavam com as questões políticas do Estado Oriental. E Santa Catarina também estava incluída neste contexto. O Império acusava os farroupilhas de associação com líderes platinos da fronteira, ou caudilhos⁷, como muitas vezes eram chamados.

⁵ A Guarda Nacional foi criada pelo Império em 1831. Era composta por todos os homens brasileiros entre 18 e 60 anos de idade em condições de ser cidadãos ou filhos de cidadãos que pudessem votar nas eleições. Conforme o historiador André Fertig, ela se tornou um dos pilares político-institucionais de sustentação do Estado imperial brasileiro, pois auxiliou na manutenção da ordem social interna, na defesa da integridade territorial e de suas fronteiras e na tentativa de constituição de uma identidade nacional. Ver: FERTIG, André. A Guarda Nacional Rio-Grandense: defesa do estado imperial e da Nação. In: História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 2. Império. Coordenação Geral Nelson Boeira, Tau Golin; Diretores dos volumes Helga Iracema Piccolo, Maria Medianeira Padoin. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 71.

⁶ A confederação aqui mencionada pode ser entendida como sinônimo de Estado Federal, de Federação, ou até de Estado Unitário descentralizado. Ver PADOIN, Maria Medianeira. República, federalismo e fronteira. História Unisinos, 14(1):49-54, Janeiro/Abril 2010. doi: 10.4013/htu.2010.141.06

⁷ Na concepção do Império, caudilho era o chefe de bando que exercia liderança em várias áreas de influência, rivalizando com a autoridade do Estado. Sua presença foi comum na América Latina, especialmente durante o século XIX. Dicionário histórico argentino. Emecé, 1990

As relações locais e fronteiriças entre os afetos e os desafetos de cada um dos grupos envolvidos no território catarinense durante o decênio farroupilha perpassa por relações de poder. Habitantes da província tendo que lidar com a guerra chegando na sua localidade. Os legalistas catarinenses e o Império do Brasil combatendo os rebeldes em todo o território catarinense, além de correligionários internos apoiando a revolta. Estrangeiros⁸ assumindo postos na República Juliana. Autoridades provinciais mudando de lado conforme o contexto político de cada momento.

A abordagem da Província de Santa Catarina também deve ser realizada em um contexto histórico mais amplo, no qual as categorias de fronteiras, identidades coletivas e estado-nação estavam se moldando em meio às revoltas locais⁹ da primeira metade do século XIX. A transmigração da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, não alterou de modo significativo a configuração regional que, desde cedo, distinguira a colonização das “Províncias da América, expressando-se não raro, embora de modo não exclusivo, nas denominadas identidades coloniais.

A construção do Estado-Nação só seria possível com a associação entre nação brasileira e construção do Estado Imperial. Era necessário atenuar as identidades geradas pela colonização, por meio da difusão dos valores, signos e símbolos imperiais, da elaboração de uma língua, uma literatura e uma história nacionais, entre outros elementos (Mattos, 2005, p. 26).

Conforme Roderick Barman, os anos de 1831 a 1840 foram de crise e colocaram em risco a identidade do Brasil e a sua própria existência enquanto nação. A Farroupilha, segundo o autor, representou grande ameaça à formação do estado-nação, pois as necessidades locais tinham precedência sobre todo o resto, de modo que, se as exigências da nação entrassem em conflito com elas, a nação deveria ceder. Mesmo com a Proclamação de D. Pedro como Imperador constitucional, em 1822, a noção de país ainda era representada por identidades políticas diversas, um mosaico de diferenças, com províncias distintas uma das outras.

José Murilo de Carvalho valida a afirmação de Roderick Barman de que, a partir de 1831, a unidade do país esteve seriamente ameaçada devido à fase turbulenta das revoltas locais. Murillo Dias Winter categoriza esses movimentos de contestação como experiências insurgentes que resultaram de uma ampla dinâmica de trocas comerciais, potencializadas pelas demandas políticas sociais de crise do Antigo Regime e do processo de construção do Estado e da Nação no Brasil.

⁸ Luis Rossetti, Giuseppe Garibaldi e Joe Pascoe Greenfel foram estrangeiros que assumiram cargos na República Juliana. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1882. Vol. 452, p. 404-405.

⁹ Em 1832 ocorreu a Cabanada em Pernambuco; a Cabanagem no Pará em 1835; os malês na Bahia em 1835; a Sabinada em Salvador em 1837; a Balaiada em 1838, além da Farroupilha em 1835. Ver: SOUZA, Adriana, Barreto de. O Exército e a pacificação do Império do Brasil (1822-1889). In: Forças armadas e política no Brasil republicano, volume 1 (recurso eletrônico): da Proclamação da República à Constituição Cidadã (1889-1988) / organização Maria Celina D'Araújo, Lucas Pereira Rezende: FGV Editora, 2024.

Para Winter, é importante reconhecer a historicidade destes espaços e dinâmicas territoriais em um processo de longa duração, onde as guerras civis ocorridas na primeira metade do século XIX confrontaram ideias e projetos que caracterizam o processo de independência e da formação do Estado e da nação no mundo ibero-americano. Para Murillo, ainda existem importantes lacunas para estudar os movimentos de contestação em uma perspectiva ampla, rompendo com os recortes regionais.

A descentralização do Ato Adicional de 1834 aumentou o poder dos governos provinciais, os quais tentaram assumir o controle das nomeações da Guarda Nacional e relutaram em cooperar com o governo nacional. A antecipação da maioria de D. Pedro II, em 1840, iniciou a interrupção da agitada fase regencial, sendo que em 1849 foi derrotada a revolta da Praieira na Província de Pernambuco. “Vencida, este último desafio serviu para confirmar e consolidar a supremacia da nação” (Barman, 1994, p. 216). Além disso, “a importância da economia exportadora e de sua concentração na cidade do Rio de Janeiro foi fundamental para o êxito da antecipação da maioria e para a consolidação da liderança política da capital do Império” (Carvalho, 2012, p. 103).

Voltando ao contexto local da Farroupilha em Santa Catarina, em 29 de julho de 1839, a Câmara Municipal de Laguna, presidida por Vicente Francisco de Oliveira, proclamou a nova República com o nome de Estado Catharinense Livre e Independente. Antes disso, muitos habitantes do Rio Grande do Sul haviam emigrado para Santa Catarina. Alguns deles atuaram como contrabandistas fornecendo armas e munições. Segundo Gustavo Marangoni Costa, o contrabando de pólvora e armamento já preocupava as autoridades desde o ano de 1836.

O deslocamento de contingente militar de Santa Catarina para o território sul-rio-grandense também pode ser percebido. No ofício¹⁰ emitido pelos farroupilhas Marciano Pereira Ribeiro a Antônio Bernardes dos Santos, aquele informa a chegada de 40 ou 50 homens de Santa Catarina para o Rio Grande do Sul. Tudo indica que seria um reforço para as tropas do Tenente Antônio Coelho, o qual se encontrava em Santo Antônio da Patrulha. Na correspondência, transparecia a preocupação de Ribeiro em garantir segurança às carretas para que não fossem surpreendidas e assaltadas.

Segundo Walter Fernando Piazza, na década de 1830 já começavam a florescer em Santa Catarina ideias liberais.

Depois de 1835, entre os farroupilhas se contam inúmeros catarinenses, como o coronel José Manoel de Leão, Padre Inácio Francisco Xavier dos Santos, Delfino Lorena de

¹⁰ Biblioteca Nacional Arquivo Digital República riograndense; Farrapos: rebelião do Rio Grande do Sul; 1835-1845, Processo Vol. 1. p. 38.

Souza, Vicente José da Silva França, Padre João de Santa Bárbara, outros tem parentes na ilha de Santa Catarina e no continente que lhe é fronteiro, como Davi José Martins, que passaria a assinar Davi Canabarro (Piazza, 1925, p. 291).

Os legalistas emitiam ordens de recrutamento militar na Província de Santa Catarina com o objetivo de reforçar o combate aos rebeldes. Tais medidas causavam grande descontentamento na população catarinense, “o recrutamento forçado, que representava uma verdadeira caçada às pessoas aptas a prestarem serviço militar e completarem as fileiras do exército”(Costa, 2006, p. 82).

Uma política incisiva de combate aos farroupilhas pode ser percebida quando ocorreu a troca da presidência da Província de Santa Catarina do Coronel José Joaquim Machado de Oliveira pelo Brigadeiro João Carlos Pardal. Não foi bem aceito o tom conciliatório que o presidente anterior havia assumido, “pois não lhe era estranha a adesão dos catarinenses aos ideais farroupilhas” (Piazza, 1993, p. 291). Foi João Carlos Pardal que solicitou ao governo regencial o envio de uma força naval para defender o litoral catarinense, o que até então não havia sido solicitado pelas autoridades anteriores, já que Laguna era resguardada apenas por quatro pequenas embarcações artilhadas, cedidas pelos seus proprietários lagunenses.

A incorporação de oficiais e praças ao Exército Imperial resultou em uma consequência importante para a unificação das unidades militares. A partir de 1824 ocorreu uma construção nacional e não mais regional para a promoção de oficiais com medidas decretadas para o estabelecimento de uma numeração unificadora para o exército, válida em todo o território. Isto facilitou a mobilização de tropas para qualquer parte e fortaleceu os vínculos dos militares e exército nacional, diminuindo a conexão no cenário regional. Todavia, a construção dessa unidade tinha limites e não era desconsiderada pelo Exército. A vitória militar dependia do melhor aproveitamento de indivíduos com habilidades próprias e peculiaridades regionais. Não se poderia negligenciar essas diferenças e a política de recrutamento e distribuição das funções dependia disso.

Todavia, a política de recrutamento e defesa dos portos não evitou que Lages fosse conquistada pelos farroupilhas em 09 de março de 1838. O território lageano era muito próximo às áreas dominadas pelos rebeldes e sofreu constantes embates entre as forças rivais. A região sofreu com bloqueio comercial¹¹ imposto pelo Império e recrutamento forçado de ambos os lados.

¹¹ Lei Provincial de 4 de abril de 1838 Art. 1 Fica proibida a exportação de todos os artigos de comércio, de qualquer ponto da província, para o município de Lages, ou para parte dele, por tempo de um ano, se antes não for o dito município evacuado pelas forças insurgentes da província do Rio Grande do Sul, que ora o ocupam. O Povo. n. 80. p. 3. Caçapava, 3 de julho de 1839.

Identifica-se que havia um grande esforço dos legalistas em debelar as rebeliões que ocorriam no território brasileiro durante o período regencial. Nesse cenário de instabilidade política, Diogo Antônio Feijó, que havia assumido a Regência em 1835, ano do início da insurreição farroupilha, renunciou ao cargo em 1837. A descentralização política promovida por Feijó deu lugar à promoção de uma administração mais centralizadora depois da sua renúncia. Com essa tática, as revoltas começavam a ser contidas, a exemplo da Sabinada na Bahia em 1838. Manoel Cerqueira Lima, encarregado de negócios estrangeiros no Chile emitiu ofício¹² ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Antônio Peregrino Maciel Monteiro comemorando o feito imperial em Salvador. Ele fazia votos que o mesmo acontecesse com a Província do Rio Grande do Sul. Todavia, ainda iriam acontecer muitos embates no Sul do país, e, além disso, a Província de Santa Catarina também seria envolvida na revolta. A política de apaziguamento das revoltas provinciais só poderia acontecer se ocorresse uma negociação efetiva com estas regiões.

As tentativas de pacificar a nação e consagrar a autoridade do respeito público não se imporiam com mão de ferro, nem com o esmagamento das províncias; um campo de aglutinação cultivado entre o liberalismo e o mando sem contemplações ensejaria o entendimento e o debate permanente das reivindicações provinciais (Faoro, 1977, p. 320).

Além disso, foi necessário promover uma política de reestruturação do Exército Imperial. O Partido Conservador, no poder durante a década de 1830, após a abdicação de D. Pedro I, foi responsável por uma ampla reforma no Exército. Segundo Adriana Barreto de Souza, a Coroa fez da pacificação dos movimentos contestatórios nas Províncias uma política de Estado. O conde de Caxias atuou como um dos principais pacificadores das rebeliões, empreendendo uma estratégia mais voltada à hierarquia militar, promoção de cizânia entre os líderes das revoltas e distribuição de anistias àqueles que se rendessem. Inclusive a corte, entre os anos de 1850 a 1860, fundou 16 colônias militares privilegiando os locais em que as guerras ocorreram. Souza pontua que a pacificação pode ser comparada à repressão em uma clara desqualificação simbólica dos movimentos contestatórios ocorridos entre os anos 1830 a 1840, porém, reforça que a Farroupilha foi a única que se manteve sob controle da elite local.

Após a tomada de Lages, em março de 1838, e Laguna, em 22 de julho de 1839, os farroupilhas continuaram avançando para o norte com o propósito de conquistar Desterro (capital da província catarinense), enquanto a flotilha de corsários comandada por Garibaldi atuava no mar. Os objetivos, portanto, não se limitavam apenas à Proclamação em Laguna, visto que empregaram

¹² Ofício de Manoel Cerqueira Lima a Antônio Peregrino Maciel Monteiro, em 12 de junho de 1838. Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano XIII, Número 24. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2014. 362 p. 17 x 25 cm Semestral ISSN: 1678-586X. p. 122.

uma grande força militar no território catarinense. A conquista do ponto estratégico da capital da Província consolidaria o domínio sob o território catarinense caso chegasse a ser concluído. Em ofício¹³ de José Carlos Pardal, presidente da Província ao Ministério da Guerra, é possível vislumbrar cerca de 1.000 homens acampados junto ao rio Massiambú e Morro dos Cavalos. Os imperiais reagiram à campanha farroupilha convocando às armas todos os guardas nacionais, reservas e empregados públicos da capital da Província, como demonstra a ordem expedida em 29 de julho de 1839.¹⁴ Dessa forma, foi contido o avanço farroupilha facilitado pela geografia do Morro dos Cavalos.

A campanha militar demonstra a tentativa de associar-se a outros Estados como uma federação. Os farroupilhas entendiam a federação como a união de Estados associados com um poder central, onde tais “Estados conservavam sua independência respectiva, respeitando, porém, certas medidas de interesse comum, como, por exemplo, a política diplomática” (Flores, 2002, p. 326).

Um dos interesses dos farroupilhas era a província do Rio Grande do Sul depender diretamente do mercado interno brasileiro para comercializar o charque. Segundo Antonio Elíbio, as repúblicas proclamadas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina tiveram como base teórica as ideias liberais inspiradas em Locke, Montesquieu e Rousseau, adaptadas à realidade dos interesses e problemas locais, o que acabava revelando um mosaico de contradições inconciliáveis. A maior delas a manutenção da escravidão, o que, em essência, revelava uma “república escravocrata” e censitária, pois somente os proprietários e os possuidores de rendas deveriam ter direitos políticos, conforme viria a ficar expresso na Constituição da República Rio-Grandense, aprovada no município de Alegrete, em 1842. O projeto de estado farroupilha era bastante conservador e não admitia mudanças abruptas na sociedade sul-rio-grandense. E a abolição da escravidão era uma reforma não admitida no governo rebelde, o qual sempre tomou medidas procurando preservar a instituição da escravidão.

Conforme Keila Grinberg, a escravidão era ponto de tensão entre as fronteiras. A abolição da escravatura no Uruguai e a proibição do tráfico atlântico de escravos africanos para o Brasil entre os anos de 1840 e 1850 atingiu a economia agrária do Rio Grande do Sul. Os proprietários de escravos da fronteira lidaram com o fim da escravidão no Uruguai ao mesmo tempo em que tinham muitas propriedades de terras neste local, enquanto que no Brasil a escravidão ainda era

¹³ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra. Vol. 1839 ± p.21v-/22. Ofício de 7 de agosto de 1839.

¹⁴ Ordem do dia de João Carlos Pardal, em 29 de julho de 1839. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1883. Vol. 462, p. 206-207.

permitida e representava cerca de 30% da população dos habitantes do Rio Grande do Sul. O movimento farroupilha, encabeçado pela elite estancieira, era essencialmente escravocrata.

A administração da metade da província catarinense que havia ficado em mãos farroupilhas teve diversos problemas econômicos e políticos, além de militares. O italiano Luís Rossetti, na função de secretário de governo, chegou a enviar ofício¹⁵ para Domingos José de Almeida, ministro farroupilha no Rio Grande do Sul, solicitando empréstimos. Inclusive chegou a temer o fracasso da recém instalada unidade administrativa. E não demorou muitos meses para que o governo imperial conseguisse fechar o cerco contra o inimigo, exercendo grande pressão naval. A sonhada saída para o mar, tão almejada pelos farroupilhas, nunca se concretizou de fato. O capitão-de-mar-e-guerra Frederico Mariath assumiu o comando das forças navais do Império, distribuindo as embarcações ao longo do litoral, do Desterro para o sul. Devido a esses fatores, a simpatia inicial da população catarinense frente aos rebeldes foi se desvanecendo. Muitos catarinenses trocaram de lado, passando para as tropas imperiais.

A Freguesia de Imaruí, localidade catarinense, revoltou-se contra os farroupilhas ocorrendo sangrento combate no início de novembro de 1839. Apesar de David Canabarro ter dado pouca importância ao fato noticiando¹⁶ a Antônio de Souza Netto de que o inimigo foi dispersado e ocorreram somente três mortes no povoado, Garibaldi relata uma versão diferente do ocorrido. No livro *Memórias de Garibaldi*, escrito por Alexandre Dumas, o italiano lamentava a terrível ordem recebida e descrevia que a situação havia saído do controle, ocorrendo pilhagens, violência e destruição: “Que Deus, do alto de Sua compaixão, possa perdoar-me! Jamais um outro dia desta vida gravou em minha alma uma tão amarga recordação...”.

Em 15 de novembro de 1839, Laguna foi reconquistada pelos legalistas. Lages também foi perdida e depois retomada novamente em 02 de dezembro de 1839 pelas tropas comandadas pelos farroupilhas Teixeira Nunes e Garibaldi. Mas, em 12 de janeiro de 1840, os rebeldes sofreram novo revés nas margens do rio Marombas, sendo muitos aprisionados, inclusive Ana da Jesus Ribeiro (Anita Garibaldi). Nesse processo de combate aos farroupilhas, além dos regulares, fizeram parte contingentes da progressão brasileira para o oeste catarinense, rumo aos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio da fronteira internacional, personagens ainda não estudados devidamente, mas que precisam ser considerados como hipótese nesta pesquisa, pois, nesse particular, a guerra civil se funde com a questão do povoamento.

¹⁵ CV-8041 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida em 10 de outubro de 1839.

¹⁶ O Povo. Suplemento ao n.º 121. p. 01. Caçapava, 23 de novembro de 1839.

Naquele momento, após a perda dos territórios catarinenses para as forças imperiais, os farroupilhas também enfrentavam dificuldades no Rio Grande do Sul. As localidades conquistadas eram cercadas pelos legalistas e a República Rio-Grandense sofria dificuldades no recrutamento militar e pagamento de impostos.¹⁷

No Uruguai, Manuel Oribe assumiu a presidência em 1835, concomitantemente à guerra civil no Rio Grande do Sul. Governou até 1838 quando renunciou em meio a guerra desencadeada pelo rival Frutuoso Rivera. Na Argentina, Juan Manuel de Rosas havia assumido a representação da Confederação Argentina em 1831. Nesse pacto federal, aderiram as seguintes províncias: Corrientes, Mendoza, Córdoba, Santiago do Estero, Rioja, Tucumán, San Juan, San Luis, Salta e Catamarca. As ações políticas, militares e diplomáticas de Rosas visavam reestabelecer a territorialidade do antigo Vice Reino do Rio da Prata, fundado em 1776 pela Espanha, abrangendo as atuais Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e territórios do sul do Brasil, conforme a fronteira do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. Rivera, Oribe e Rosas foram personalidades que se relacionaram com as lideranças farroupilhas pelos próprios interesses contra o Império do Brasil. Mas, havia suspeições dentro do grupo contra alguns desses líderes. Luís Rossetti, por exemplo, via com reprovação a aliança com Rosas, pois temia que o envolvimento deles causasse a reprovação da França.¹⁸

Rossetti referia-se à França porque temia uma intervenção daquele país caso os farroupilhas se unissem a Rosas. Entre 1838 a 1850 houve constantes bloqueios navais anglo-franceses a Buenos Aires e a Montevideú. Os europeus desejavam, sobretudo, a liberdade de comércio para os seus produtos, naqueles portos, assegurar a independência do Uruguai e franquear o rio da Prata à navegação internacional (Bandeira, 1995, p. 65).

Logo após a conquista farroupilha dos territórios catarinenses, em setembro de 1839, Rosas recebeu o ministro da República Rio Grandense, Antônio Manuel Correa da Câmara. Na prática, reconheceu o governo dos rebeldes e, habilmente, justificou ao governo legal que “não o rechaçava para que o governo argentino tivesse oportunidade de exercer seus bons ofícios para o bem da paz entre os partidos contendores” (Golin, 2002, p. 344). O Império concentrou suas ações na tentativa de dificultar essa aproximação. Rivera colaborou com os legalistas pelo motivo que temia uma intervenção militar brasileira, mas permitia trocas comerciais na praça comercial de Montevideú. Essas transações foram importantes para que o governo rebelde sobrevivesse e, por isso, o Império o pressionou para que elas cessassem. Mas, Rivera continuou aliado dos rebeldes, contribuindo para que ao final do ano de 1839 a política exterior dos farroupilhas inclinou-se para o lado do líder uruguaio. Em Santa Catarina, Luís Rossetti comemorava a decisão de aproximação de Rivera

¹⁷ CV-342 – Ofício de Domingos José de Almeida a Inácio José de Oliveira Guimarães em 9 de novembro de 1839.

¹⁸ CV-8043 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 10 de outubro de 1839.

e a declinação de Rosas em correspondência¹⁹ a Domingos José de Almeida: “Vejo com imensa satisfação que a política exterior do gabinete vai seguindo melhor caminho. Esforce-se, contudo, para que seja celebrado o tratado de confederação com a República Catarinense, e faça de modo que nele intervenha o presidente Fructo”.

O governo imperial brasileiro acreditava que, uma vez livre da intervenção anglo-francesa em seus portos e uma possível vitória dos aliados blancos (grupo político de Oribe) no Uruguai, Rosas teria condições de submeter totalmente a oposição interna argentina. Caso esta hipótese fosse concretizada, o chanceler brasileiro Paulino José Soares de Souza acreditava que o Paraguai seria anexado pela Confederação Argentina, temendo então pelo isolamento do Brasil. Além disso, o protecionismo rigoroso e o monopólio do comércio de Buenos Aires sobre o interior da Argentina, o fechamento dos rios, cortando o acesso a província de Mato Grosso com a capital brasileira por água, e sua política de dominação sobre o Paraguai e Uruguai prejudicava os interesses brasileiros. Seguindo a lógica de oposição à Confederação Argentina, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil persuadiu seus países vizinhos a se posicionarem contra a sua expansão. O ministro Paulino José Soares de Sousa, em instrução²⁰ a Venceslau Antônio Ribeiro, encarregado de negócios no Chile, datada de 27 de dezembro de 1843, pediu que fosse difundida a ideia de que o fortalecimento do poder de Rosas seria prejudicial às demais potências da América meridional, prejudicando o equilíbrio de força entre as outras repúblicas.

E, o movimento insurrecional do Rio Grande do Sul desencadeado pelos farroupilhas, poderia fragmentar o Império do Brasil, já que o projeto de poder concebido era a formação de uma Confederação, constituída pelo Rio Grande, Santa Catarina, Uruguai e mesopotâmia argentina (Golin, 2002, p. 343).

As personalidades estrangeiras colaboraram no enfrentamento ao Império do Brasil e auxiliaram constantemente os rebeldes. Ademais, fizeram parte dos aparatos administrativos e militares dos farroupilhas, mesmo que houvesse alguma discriminação contra os estrangeiros que ocupassem estes postos. Exemplos descritos nos documentos são encontrados tanto do lado legalista quanto dos farroupilhas. Houve rejeição de Rosseti no cargo de secretário de governo e Giuseppe Garibaldi como comandante da esquadilha. “Os guerreiros estimam que o estrangeiro combata ao seu lado, mas os letrados não gostam de ver um estrangeiro sentado ao mesmo escritório”²¹. João Pascoe Greenfell, em ofício a Domingos Crescêncio de Carvalho, reclamou do

¹⁹ CV-8046 - Ofício de Luís Rosseti a Domingos José de Almeida, em 22 de janeiro de 1840.

²⁰ Instrução de Paulino José Soares de Sousa, ministro dos Negócios Estrangeiros, a Venceslau Antônio Ribeiro, encarregado de negócios no Chile, em 27 de dezembro de 1843. Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 93-95.

²¹ CV-8042 - Ofício de Luís Rosseti a Domingos José de Almeida, em 1º de outubro de 1839.

tratamento que vinha recebendo de “alguns partidários da legalidade, cegos de vingança e interesses particulares, e surdos à voz da pátria e da humanidade me têm proclamado como um traidor e rebelde”.²²

O objetivo expansionista dos líderes da insurreição sulista, num exame introdutório, transpareceu nas bibliografias e fontes consultadas. O propósito de ligar-se com outras províncias e estabelecer uma confederação também é nítido, mas mantendo as características locais dos territórios. Infere-se, inicialmente, que as alianças locais apoiaram a causa rebelde. Porém, ao longo do tempo, após desgaste da República Juliana e pressão do Império do Brasil a simpatia do povo catarinense se inverteu e muitos se rebelaram contra os farroupilhas, a exemplo da Freguesia de Imaruí. Pode-se perceber um conjunto de complexos que envolveram a guerra civil farroupilha no território catarinense. Em um contexto de convulsão política e social onde diversas revoltas ocorreram é interessante abordar a dinâmica brasileira em Santa Catarina em um contexto mais amplo. Essa análise pode apontar para caminhos produtivos no que se refere à produção historiográfica.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança**. Brasília: Editora UnB/Ensaio, 1995.

BARMAN, Roderick J. Brazil: **The Forging of a Nation, 1798-1852**. Editora : Stanford University Press; Illustrated edição (1 fevereiro 1994).

BOEIRA, Nelson.; GOLIN, Tau.; PICCOLO, Helga.; PADOIN, Maria M.. (Orgs.). **Império** (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). – Passo Fundo: Méritos, 2006. – v.2.

BRANCHER, Ana Lize; AREND, Silvia Maria Fávero, (Org.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: UFSC, 2001. 347 p. ISBN 8532802184 (broch.).

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção Nacional 1830-1889*, v.2. **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Direção Lília Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

COSTA, Gustavo M. **Entre contrabando e ambigüidades: outros aspectos da República Juliana Laguna/SC - 1836-1845**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 167p. 2006.

DUMAS, Alexandre. **Memórias de Garibaldi**. Porto Alegre: L&PM, 1998

²² Ofício de João Pascoe Greenfel a Domingos Crescêncio de Carvalho, em 15 de agosto de 1837. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1882. Vol. 452, p. 221-222.

ELÍBIO, Antonio M. **Uma mulher ilustre do Brasil:** Anita Garibaldi e o culto à nação. In: BRANCHER, Ana Lize; AREND, Silvia Maria Fávero, (Org.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 2001. 347 p. ISBN 8532802184 (broch.).

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1977.

FERTIG, André. A Guarda Nacional Rio-Grandense: defesa do estado imperial e da Nação. In: **História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 2.** Império. Coordenação Geral Nelson Boeira, Tau Golin; Diretores dos volumes Helga Iracema Piccolo, Maria Medianeira Padoin. Passo Fundo: Méritos, 2006.

FLORES, Moacyr. **República Rio-Grandense:** realidade e utopia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, 469P. (Coleção História, 54).

GOLIN, Janaína da R. Dissertação (Mestrado em História) – **Relações do Império do Brasil e dos farroupilhas com o Prata (1835-1852)**. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 177p. 2012.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GRINBERG, Keila. The Abolition of Slavery and International Relations on the Southern Border of the Brazilian Empire, 1840–1865. In: FISHER, Brodwyn. GRINBERG, Keila. ***The Boundaries of Freedom Slavery, Abolition, and the Making of Modern Brazil***. New York: Cambridge University Press, 2023.

GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da Província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)** - Porto Alegre: Linus, 2013.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (organizador). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: SENAC, 2000.

KUHN, Fábio. O sul da América colonial portuguesa (uma história conectada). In: KUHN, Fábio. NEUMANN, Eduardo. **História do extremo sul. A formação da Fronteira Meridional da América**. Rio de Janeiro: Maud X, 2022.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política**, *Almanack braziliense* n°01, maio 2005.

MIRANDA, Marcia Eckert. **A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)** - São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

PADOIN, Maria Medianeira. **República, federalismo e fronteira**. *História Unisinos*, 14(1):49-54, Janeiro/Abril 2010. doi: 10.4013/htu.2010.141.06

PIAZZA, Walter Fernando, 1925 – **Santa Catarina:** sua história/Walter Fernando Piazza – Florianópolis: Ed. da UFSC. Lunardelli, 1983.

RIBEIRO, José Iran. “TUDO ISTO É INDIADA CORONILHA (...) NÃO É COMO ESSA CUSCADA LÁ DA CORTE”: O SERVIÇO MILITAR NA CAVALARIA E A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE RIO-GRANDENSE DURANTE A GUERRA DOS FARRAPOS. in: Possamai, Paulo César. **Gente de guerra e fronteira : estudos de história militar do Rio Grande do sul** / Paulo César Possamai . – Pelotas : Ed. da UFPel, 2010.

SCHMITT, Ânderson Marcelo. **Militarização da Fronteira meridional: as forças terrestres em Santa Catarina (de fins do século XVIII ao início do Segundo Reinado)**; orientador Paulo Pinheiro Machado, 2021. 367 p. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021.

SOUZA, Adriana, Barreto de. O Exército e a pacificação do Império do Brasil (1822-1889). In: **Forças armadas e política no Brasil republicano, volume 1 (recurso eletrônico): da Proclamação da República à Constituição Cidadã (1889-1988)** / organização Maria Celina D'Araujo, Lucas Pereira Rezende: FGV Editora, 2024.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flavio M. (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina**. São Leopoldo: Oikos, 2009.

WINTER, Murillo. “No nosso mesmo Brasil mil exemplos encontrei”: as províncias do Brasil e a experiência insurgente (1817-1850). Nuevo mundo mundos nuevos
Edição electrónica URL: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/94679> DOI: 10.4000/nuevomundo.94679 ISSN: 1626-0252.

Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. .I. Guerra dos Farrapos – Ordens do dia do Barão de Caxias 1842 a 1845 – Rio de Janeiro, 1942.

APESC. **Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra**. Vol. 1839 ± p.21v-/22. Ofício de 7 de agosto de 1839.

Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano VIII, Número 15. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2009. 364 p. ; 17 x 25 cm Semestral ISSN: 1678-586X.

Coleção Varela-342 – Ofício de Domingos José de Almeida a Inácio José de Oliveira Guimarães em 9 de novembro de 1839.

Coleção Varela-8041 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida em 10 de outubro de 1839.

Coleção Varela-8042 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 1º de outubro de 1839.

Coleção Varela-8043 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 10 de outubro de 1839.

ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRPyB - Año XVII. N°33, junio 2025, ISSN 1688- 5317.
Uruguay

Coleção Varela-8046 - Ofício de Luís Rosseti a Domingos José de Almeida, em 22 de janeiro de 1840.

Dicionário histórico argentino. Emecé, 1990. I.S.B.N.: 950-04 0938-0.

Lei Provincial de 4 de Abril de 1838 Art. 1. O Povo. n. 80. p. 3. Caçapava, 3 de julho de 1839.

O Povo. Suplemento ao n.º 121. p. 01. Caçapava, 23 de novembro de 1839.

O Povo: jornal político, literário e ministerial da República Rio Grandense. Edição Fac-símile. Porto Alegre: Globo, 1930.

Ofício de Manoel Cerqueira Lima a Antônio Peregrino Maciel Monteiro, em 12 de junho de 1838. **Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática.** – Ano XIII, Número 24. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2014. 362 p. 17 x 25 cm Semestral ISSN: 1678-586X. P. 122.

Ordem do dia de João Carlos Pardal, em 29 de julho de 1839. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** 1883. Vol. 462, p. 206-207.